

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 31 de julho de 2024 às 08h03
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Luísa Sonza é condenada por usar música em nome de esmalte; valor da causa é de R\$170 mil . .	3
DIVERSÃO	

Correio Braziliense | BR

31 de julho de 2024 | Patentes

Mercado S/A	4
MERCADO S/A	

Monitor Mercantil Digital online | RJ

Propriedade Intelectual

China oferece proteção rigorosa e igualitária de PI para inovadores estrangeiros	7
--	---

Agência Brasil | BR

Propriedade Intelectual

Brasil quer ter supercomputador e desenvolver modelos nacionais de IA	9
ÚLTIMAS	

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 5.903	12
-------------------------	----

Arbitragem e Mediação

A distinção de fato não revelado e parcialidade do árbitro	19
--	----

Luísa Sonza é condenada por usar música em nome de esmalte; valor da causa é de R\$170 mil

DIVERSÃO



Cantora ainda pode recorrer da decisão judicial; processo envolve o título do hit 'Modo Turbo'

A Justiça proibiu a cantora Luísa Sonza de divulgar, fabricar e vender um esmalte batizado como "Modo Turbo", em referência à sua música lançada em parceria com Anitta e Pabllo Vittar. A informação foi divulgada inicialmente pelo colunista Rogério Gentile e confirmada pela redação do Estadão.

A decisão foi assinada pela juíza Larissa Gaspar Tunalá no processo aberto pela empresa catarinense Modo Turbo Royalties e Licenças, criada em 2018 para atuar no setor de cosméticos e outros produtos. A empresa afirma ser detentora da marca registrada no **INPI** (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual). "Trata-se de um ato de concorrência desleal", alegou.

Além da proibição, Sonza também foi condenada a pagar uma indenização por danos morais de R\$ 25 mil, com atualização monetária e juros. A sentença também determinou que o valor dos danos materiais será apurado em uma próxima fase do processo. As rés foram condenadas a pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios. O valor da causa é de R\$170 mil.

Relembre o casoA cantora Luísa Sonza assinou uma linha de esmaltes da empresa Dailus em 2022, pouco mais de um ano depois do lançamento da música co-

abpi.empauta.com

laborativa. A coleção dos cosméticos tinha seis cores distintas, cada uma batizada com títulos de suas músicas: Boa Menina, Vip, Braba, Toma, Anaconda e Modo Turbo.

Na defesa, a artista afirmou que Modo Turbo é uma obra intelectual que lhe pertence e que, pela legislação, tem o direito de usufruir da marca. Além disso, declarou que a composição foi registrada antes de a empresa catarinense obter a titularidade da marca no **INPI**.

A cantora ainda destacou que a empresa Modo Turbo sequer produz esmaltes homônimos, bem como não há nenhuma similaridade visual entre seu produto e a logomarca da fábrica de cosméticos.

No entanto, a juíza não aceitou a defesa sob argumento de que os consumidores podem ficar confusos. "Considerando que a empresa atua no ramo de cosméticos e o produto de nome idêntico à marca 'Modo Turbo' também é comercializado neste ramo, há alta probabilidade de confusão do mercado consumidor e desvio de clientela em razão dessa associação indevida", afirmou.

Luísa Sonza pode recorrer da decisão.

Mercado S/A

MERCADO S/A



Produção científica recua e pode afetar inovação

Nenhum país se desenvolve sem investimentos robustos em produção científica - é ela, afinal, que leva à inovação. Nesse sentido, o Brasil está diante de um quadro preocupante. Um relatório elaborado pela editora Elsevier constatou que, em 2023, a produção de artigos científicos escritos por autores brasileiros caiu 7,2% em comparação com o ano anterior. Detalhe: entre 2022 e 2021, o número já havia recuado 8,5%. Em dois anos, o total de publicações passou de 80 mil para 69 mil artigos.

Energia solar avança no Brasil

A queda dos preços dos equipamentos para a geração de energia solar impulsiona o setor no país. Um levantamento feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica constatou que foram investidos recordistas R\$ 8 bilhões em 400 mil novas instalações no primeiro semestre. As residências respondem por aproximadamente metade da expansão dos negócios. Os estados de São Paulo (358 mil casas atendidas), Rio Grande do Sul (303,1 mil) e Minas Gerais (291,8 mil) são os maiores responsáveis pelo avanço.

R\$ 20,9 BILHÕES

foi quanto os turistas estrangeiros gastaram no Brasil no primeiro semestre de 2024, segundo o Banco Central. Trata-se do maior valor da história, superando inclusive os gastos dos visitantes internacionais nos seis primeiros meses de 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil

Criação de empregos supera previsões do mercado

Os dados do emprego trouxeram - mais uma vez uma surpresa positiva. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Em-



Continuação: Mercado S/A



prego, o mercado de trabalho formal apresentou, em junho, saldo positivo de 201,7 mil vagas com carteira assinada, bem acima dos 193,3 mil postos criados em maio. No acumulado dos seis primeiros meses do ano, o número chega a 1,3 milhão, enquanto nos últimos 12 meses, a soma alcança 1,7 milhão. Agora, o Brasil tem 102 milhões de pessoas ocupadas. Os resultados superaram as expectativas dos analistas e mostraram o vigor da economia brasileira mesmo em um contexto marcado por incertezas, como o risco fiscal em alta e a turbulência na política. Os indicadores do emprego representam, obviamente, uma boa notícia, mas especialistas afirmam que o mercado de trabalho aquecido pode levar ao aumento da inflação, já que o consumo tende a crescer.

Redes sociais pedem que Tilibra use foto de Gabriel Medina

Nos anos 1990 e 2000, os cadernos da Tilibra fizeram sucesso entre estudantes brasileiros com imagens de surfistas e cenas que remetiam à natureza. Depois de uma foto espetacular do brasileiro Gabriel Medina nas disputas de surfe nos Jogos de Paris, milhares de postagens nas redes sociais pediram que a empresa usasse o retrato nas capas de seus produtos. Pressionada, a Tilibra se pronunciou - disse que estuda o caso. À cena que percorreu o mundo foi capturada pe-

abpi.empauta.com

lo fotógrafo Jerome Brouillet.

Especialistas afirmam que o mercado de trabalho aquecido pode levar ao aumento da inflação, já que o consumo tende a crescer

-

Se o Banco Central perder a autonomia, será por culpa dele"

Josué Gomes da Silva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em crítica ao chefe do Banco Central, Roberto Campos Neto. O líder da Fiesp afirmou que Campos Neto não deveria ter aceitado homenagens feitas por adversários do governo Lula

RAPIDINHAS

As emissões de debêntures estão em alta no Brasil. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro de Capitais (Anbima), elas atingiram R\$ 206,7 bilhões no primeiro semestre - trata-se do maior volume da história para o período. Ao todo, foram realizadas 289 operações desse tipo, com destaque para o setor de infraestrutura.

A China quer liderar a revolução trazida pela inteligência artificial. Em 2023, o país registrou 378 mil **patentes** ligadas à tecnologia, o que significou um aumento de 40% versus 2022, segundo a Administração Nacional da Propriedade Intelectual. Atualmente, a indústria digital responde por 10% do PIB chinês.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) aumentou de 2,3% para 3% a projeção de cres-

Continuação: Mercado S/A

cimento do PIB do setor em 2024. À entidade diz que fatores como mercado de trabalho aquecido, mais Lançamentos imobiliários e avanço do crédito - ainda que os juros estejam altos - foram fundamentais para a revisão do desempenho.

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (BH Airport) recebeu 5,6 milhões de passageiros entre janeiro e junho de 2024, o que significou um aumento de 12% em comparação com o mesmo período do

ano passado. Tratase do melhor desempenho da história para o intervalo. Foram 53 mil pousos e decolagens, um avanço de 10%.

China oferece proteção rigorosa e igualitária de PI para inovadores estrangeiros



Dois braços robóticos trabalham juntos para restaurar um cubo de Rubik no Laboratório de IA da Siemens no Delta do Rio Yangtzé em Suzhou, Província de Jiangsu, no leste da China, em 11 de abril de 2024. (Xinhua/Du Juanjuan)

Xinhua - Silk Road

Beijing, 30 jul (Xinhua) - A China está comprometida em oferecer um ambiente de negócios justo e uma proteção rigorosa à **propriedade** intelectual (PI) para empresas estrangeiras, disse um funcionário chinês de PI nesta segunda-feira.

Hu Wenhui, vice-chefe da Administração Nacional de Propriedade Intelectual da China (CNIPA, em inglês), fez as observações em uma coletiva de imprensa realizada para apresentar os esforços de PI da China destinados a promover o crescimento econômico de alta qualidade.

Legislação reforçada, mecanismos eficientes de resolução de disputas e canais de comunicação regulares são as principais áreas em que a China tem se concentrado para ajudar os inovadores estrangeiros, disse ele.

Hu disse que o governo chinês emitiu uma série de di-

abpi.empauta.com

retrizes e regulamentos, enfatizando a importância de fornecer proteção igualitária à PI para empresas nacionais e estrangeiras. Ele destacou as recentes atualizações das principais leis de PI, dizendo que o país implementou "medidas punitivas rigorosas de acordo com os mais altos padrões internacionais".

Espaço Publicitário

Em termos de eficiência de proteção, Hu disse que a China estabeleceu 115 centros de proteção de PI em todo o país, com mais de 5.000 empresas estrangeiras e de joint venture registradas. Esses centros oferecem a essas empresas os mesmos serviços de proteção que oferecem às empresas nacionais.

"No ano passado, resolvemos várias disputas de propriedade intelectual envolvendo empresas dos Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Tailândia e Dinamarca. Nossos esforços receberam muitos elogios de empresas estrangeiras", disse Hu.

Ele também atribuiu esse reconhecimento a um mecanismo de comunicação regular, dizendo que a CNIPA ouviu ativamente as opiniões e demandas de empresas estrangeiras, ao mesmo tempo, prestou assistência na resolução de seus problemas de proteção de PI.

O número de estrangeiros que solicitam proteção de patentes na China tem aumentado. No primeiro semestre deste ano, os requerentes estrangeiros apresentaram 78.000 pedidos de patentes de invenção na China, registrando um crescimento anual de 13,1%. Entre eles, o Japão foi responsável pelo maior número, seguido pelos Estados Unidos e pela República da Coreia, disse Ge Shu, funcionário sênior da CNIPA.

Enquanto isso, o número de patentes válidas de invenção estrangeiras e marcas registradas na China

Continuação: China oferece proteção rigorosa e igualitária de PI para inovadores estrangeiros

até o final de junho de 2024 também apresentou aumentos anuais de 3,9% e 3,8%, respectivamente.

"Esses aumentos demonstram o forte compromisso das empresas estrangeiras com o mercado chinês e sua confiança na proteção da PI da China", disse Hu.

Fim

Xinhua Silk Road Agência De Notícias Oficial Do
Governo Da República Popular Da China.

Brasil quer ter supercomputador e desenvolver modelos nacionais de IA

ÚLTIMAS



1º Plano Brasileiro de Inteligência Artificial foi apresentado hoje

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, nesta terça-feira (30), a proposta do primeiro Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. Entre os objetivos estão equipar o Brasil com infraestrutura tecnológica avançada com alta capacidade de processamento e desenvolver modelos avançados de linguagem em português, com dados nacionais que abarcam nossas características culturais, sociais e linguísticas.

Os investimentos previstos chegam a R\$ 23,03 bilhões até 2028. As medidas visam fortalecer a soberania e promover a liderança global do Brasil em inteligência artificial (IA) por meio do desenvolvimento tecnológico nacional e também de ações estratégicas de colaboração internacional.

Para Lula, o documento elaborado pelos especialistas brasileiros é um marco para o país. "O Brasil precisa aprender a voar, o Brasil não pode ficar dependendo a vida inteira. Nós somos grandes, nós temos inteligência, o que nós precisamos é ter ousadia de fazer as coisas acontecerem", disse, durante a abertura da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em Brasília, evento retomado após 14 anos.

"No fundo, é a inteligência humana que pode aperfeiçoá-la [a inteligência artificial], porque nada mais é do que a gente ter capacidade de fazer a coletânea de

todos os dados, e nós temos as big techs [grandes empresas de tecnologia] que fazem isso sem pedir licença e sem pagar imposto e ainda cobra dinheiro e fica rica por conta de divulgar coisas que não deveriam ser divulgadas", ressaltou Lula.

O plano trata do futuro da inteligência artificial e as recomendações de novas políticas ligadas a essa tecnologia, em diversas áreas prioritárias para a população, como saúde, agricultura e meio ambiente. "Transformar a vida dos brasileiros por meio de inovações sustentáveis e inclusivas baseadas em IA" está entre os objetivos principais, bem como a formação, capacitação e requalificação dos trabalhadores da área para suprir a alta demanda por profissionais qualificados.

As recomendações do plano estão divididas em cinco eixos, com 54 ações concretas: infraestrutura e desenvolvimento de IA; difusão, formação e capacitação em IA; IA para melhoria dos serviços públicos; IA para inovação empresarial; e apoio ao processo regulatório e de governança da IA.

Uso ético

O documento foi aprovado nesta segunda-feira (29) pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia após um processo participativo, com mais de 300 pessoas da iniciativa privada, especialistas, órgão de regulação e sociedade civil organizada.

A presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader, destacou que a IA também tem riscos, exige gestão responsável e pode exacerbar as desigualdades. "Esse plano olha de forma muito clara como é que a gente tem que ficar atento. Ele aborda questões de equidade, de transparência, de privacidade de dados e proteção da **propriedade** intelectual. O uso ético da IA tem que ser a nossa prio-

Continuação: Brasil quer ter supercomputador e desenvolver modelos nacionais de IA

ridade", disse.

Para a especialista, o potencial total da IA ainda está inexplorado e a tecnologia é capaz de melhorar a qualidade de vida, fomentar descobertas científicas e aumentar a produtividade da pesquisa em todas as áreas do conhecimento. "São necessários esforços colaborativos para investir em infraestrutura de dados e treinar pessoal em IA", disse.

"Esse plano busca promover o desenvolvimento inclusivo e apoiar o uso do potencial da inteligência artificial em diversos campos do conhecimento, impactando a produtividade e o comércio global, de forma ética e com equidade e alinhado com os valores humanos e a sustentabilidade ambiental", completou a presidente da ABC.

Fonte de recursos

As fontes dos R\$ 23,03 bilhões em investimentos para as ações previstas no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial são diversas. A principal (R\$ 12,72 bilhões) vem de créditos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Há ainda recursos não-reembolsáveis do FNDCT (R\$ 5,57 bilhões), do Orçamento da União (R\$ 2,90 bilhões), do setor privado (R\$ 1,06 bilhões), empresas estatais (R\$ 430 milhões) e outros (R\$ 360 milhões).

Para a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, o plano é robusto e é viável. Segundo ela, os investimentos públicos do Brasil se equiparam aos da União Europeia (R\$ 16 bilhões entre 2024 e 2027 para setores industriais e sociais).

"É claro que esses investimentos na União Europeia já vêm de antes, mas nós vamos chegar com força. Cada pessoa ou coisa conectada à internet produz dados, o Brasil tem muitos dados que são cobiçados pe-

las grandes big techs e nós vamos ter os nossos dados, que haverá de ter uma integração que não há hoje e com nuvem própria, soberana, brasileira, com linguagem brasileira. Soberania, autonomia para poder fazer valer a inteligência do nosso país", disse.

O plano nacional sobre inteligência artificial foi encomendado pelo governo federal ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, em março. Na ocasião, o presidente Lula pediu aos conselheiros uma proposta com o objetivo de tornar o Brasil competitivo na área. Desde 2021, o país possui uma Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, que já vinha sendo revisada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

No mês passado, durante participação na Cúpula do G7 (reunião de líderes de sete das maiores economias do mundo), Lula também propôs a instituição de uma governança global e representativa para o tema da inteligência artificial, para que seus benefícios sejam compartilhados por todos e não apenas se concentrem nas mãos de um pequeno número de pessoas e de empresas.

Supercomputador

No eixo da infraestrutura, o plano prevê a atualização do supercomputador Santos Dumont do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em Petrópolis (RJ), para atender a demanda de pesquisas na área, tanto pelos centros de pesquisa como pela iniciativa privada. Com isso, em cinco anos, ele deve estar entre os cinco computadores com maior capacidade de processamento do mundo, da lista dos top 500. Os investimentos na tecnologia devem ser de 1,8 bilhão.

O LNCC foi fundado em 1980 como unidade de desenvolvimento tecnológico e como órgão governamental provedor de infraestrutura computacional de alto desempenho para a comunidade científica do país. O supercomputador Santos Dumont foi instalado em 2015 e, re-

Continuação: Brasil quer ter supercomputador e desenvolver modelos nacionais de IA

centemente, já foi objeto de contrato para aumento de capacidade. O nome é inspirado no famoso inventor e aviador brasileiro.

Brasil justo e sustentável

O tema desta edição da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação é Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido. O principal objetivo é a construção de uma nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser implementada até 2030, e a definição de ações para os próximos anos, com a contribuição de agentes de governo, cientistas, representantes de entidades e membros da sociedade civil.

A programação prevê mais de 50 sessões de debates e 2,2 mil participantes presenciais por dia, além de mais de 2 mil virtuais, e segue até a próxima quinta-feira (1º/08). O encontro dará destaque a temas como mudanças climáticas e preparação contra desastres naturais, transição energética, financiamento da ciência, políticas de apoio à inovação nas empresas, impactos da transição demográfica, presente e futuro das universidades, tecnologias quânticas, diversidade na ciência e ou-

tros.

A conferência tem quatro eixos temáticos: recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; programas e projetos estratégicos nacionais; ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social. O evento é realizado pelo MCTI, com organização do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e apoio de várias entidades e instituições nacionais.

Antes de chegar à etapa nacional, em Brasília, mais de 100 mil pessoas participaram, de forma online e presencial, dos 221 eventos preparatórios da conferência nos últimos seis meses - entre conferências regionais, estaduais, municipais, livres e temáticas. Nos encontros foram coletadas recomendações para a nova estratégia da área. O número é recorde na história do evento, que já teve quatro edições. A primeira foi realizada em 1985, logo após a criação do MCTI, e a última em 2010.

MIGALHAS nº 5.903

Terça-Feira, 30 de julho de 2024 - Migalhas nº 5.903.

Fechamento às 08h08.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Vieira Lacerda Advogados

()

"O fundamento da sociedade é a justiça."

Lima Barreto

Play no segundo semestre

O STF se prepara para um mês de agosto repleto de julgamentos importantes. Entre os temas que serão analisados estão: acordo de não persecução penal; constitucionalidade do contrato de trabalho intermitente; e o direito de Testemunhas de Jeová recusarem transfusões de sangue no SUS. ()

Play no segundo semestre - II

A pauta do STJ não será diferente. O segundo semestre será marcado pela análise de processos de grande relevância jurídica e social, como gratuidade de justiça, advocacia predatória, juros em poupança, revisão de contrato bancário, redução de pena e medidas protetivas. ()

Ficou pra próxima

Casal que tentou embarcar para a Europa no aeroporto de Guarulhos teve seu passaporte retido pela PF devido a uma dívida trabalhista superior a R\$ 500 mil. ()

Despesa milionária

TRT da 2ª região condenou empresário que pediu vínculo de emprego em contrato de franquia a pagar quase R\$ 1 milhão de custas e honorários. ()

Sócia só no papel

Fisioterapeuta que era formalmente registrada como sócia de empresa teve vínculo reconhecido. Magistrado entendeu que a empresa cometeu fraude já que a profissional realizava funções típicas de empregada. ()

Sócio de fato

TRT da 3ª região negou vínculo de emprego a ex-marido de empresária, concluindo que ele era sócio de fato do empreendimento. ()

Fim de contrato

Juiz reconheceu a rescisão indireta do contrato de um trabalhador do restaurante Coco Bambu devido a assédio moral praticado por seus superiores. ()

Ação rescisória

Julgamento liminar de improcedência de rescisória só é possível nas hipóteses do CPC. Assim decidiu a 3ª turma do STJ, ao acolher recurso e considerar a ação rescisória via adequada contra acórdão que extinguiu ação declaratória de impenhorabilidade de bem de família. ()

LCD

Lei 14.937/24 cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento para estimular investimentos em infraestrutura, indústria, inovação e pequenas empresas, oferecendo crédito acessível e benefícios fiscais. ()

Benefício fiscal

Hotéis registrados como SCP - sociedade em conta de participação poderão se inscrever no Perse, programa que prevê alíquota zero em tributos. Decisão é da Justiça Federal do DF. ()

Cartórios

CNJ define regras para cartórios vagos e determina que TJs façam concursos para selecionar titulares. ()

Por falar em concurso...

Prepare-se para os concursos públicos com as melhores técnicas e estratégias! Participe do evento "Concursos Públicos: Técnicas e Preparação" e aprenda com especialistas renomados como organizar seus estudos, gerenciar o tempo e resolver questões com eficiência. Dia 13 de agosto, a partir das 9h. ()

Responsabilidade civil

TJ/SP reconheceu a responsabilidade civil de shopping e pet shop por acidente com idosa derrubada por cachorro solto, fundamentando-se na falha de serviço e teoria do risco da atividade. ()

Punição indevida

TJ/MG decidiu que proprietário de lotes, mesmo inadimplente com as taxas condominiais, tem o direito de acessar as áreas comuns do clube do condomínio. ()

Cannabis

TJ/SP concedeu mandado de segurança permitindo que farmácia de manipulação comercialize produtos de cannabis, revogando sanções municipais. ()

Agravante

TRF da 1ª região decidiu que o uso de drogas não pode ser considerado agravante para a reincidência em

casos de condenação penal. ()

Virou moda?

Em razão de litigância predatória, magistrado extinguiu ação de produção antecipada de provas movida contra banco. Juiz identificou que o escritório de advocacia envolvido havia ajuizado, somente em 2024, mais de 366 ações semelhantes. ()

Virou moda? - II

Juiz indeferiu petição inicial e julgou extinto sem resolução de mérito processo de uma cliente contra banco para revisão de contrato de empréstimo. Motivo: indícios de litigância predatória. ()

Novo Apoiador

O escritório Vieira Lacerda Advogados presta serviços jurídicos de excelência nas áreas de Direito Administrativo e Eleitoral. Com sede em Brasília, o escritório oferece assessoria personalizada para atender às necessidades específicas de cada cliente. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Acessibilidade

Caixa deve disponibilizar garagem acessível a pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida em imóvel do programa Minha Casa, Minha Vida, decide TRF da 1ª região. ()

Acessibilidade - II

TJ/SP manteve sentença que obrigou construtora a implementar rampas e vagas de garagem em condomínio para garantir acessibilidade de pessoas com deficiência. ()

Licença a todos

Magistrado concedeu a servidor estadual o direito à licença de 180 dias para adoção homoafetiva. ()

Processo criminal em andamento

Militar do Exército que é réu em processo criminal não pode ser promovido enquanto a sentença não transitar em julgado. ()

Incêndio em banco

Mulher que incendiou agência bancária após não conseguir realizar operação financeira foi condenada pelo TJ/SP. ()

Chassi adulterado

Homem acusado indevidamente de adulteração do chassi de sua moto será indenizado pelo Detran. ()

Condenação por injúria

Mulher foi condenada por injúria racial após chamar usuária de "nega safada" em uma postagem no Facebook. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiaadores de Migalhas

Colunas

Reforma do Código Civil

Um dos temas mais polêmicos e disputados dentro da reforma do CC, com amplo interesse popular e intensa cobertura midiática, foi a revisão e a atualização da natureza jurídica dos animais e dos temas que lhe são derivados. Veja as considerações de Vicente de Paula Ataíde Junior. ()

Arbitragem legal

Professor Thiago Marinho Nunes e Rodrigo Dabus discorrem sobre importância da distinção de fato não revelado na arbitragem e parcialidade do árbitro, com foco em elogiado precedente do STJ. ()

IA em Movimento

Na coluna de hoje, Fabio Rivelli analisa o impacto da IA no setor jurídico e mostra como a tecnologia está transformando a advocacia e outros segmentos. ()

Migalhas de Direito Privado Estrangeiro

Carlos E. Elias de Oliveira detalha a indenização devida no caso de danos causados em transporte aéreo internacional. ()

Marizalhas

Antônio Claudio Mariz de Oliveira trata da questão da fome e da falta de moradia na cidade de SP, abordando a indignação frente à indiferença social e à insensibilidade dos políticos em relação ao sofrimento dos mais vulneráveis. ()

Migalhas de peso

- "Gestão de férias: modo de fazer", por Maria Lucia Benhame (Benhame Sociedade de Advogados). ()

- "Recursos especiais e suas barreiras: o TIT-SP e o paradigma implícito", por Celso Alves Feitosa e Walter Alexandre Bussamara (Alves Feitosa - Advogados Associados). ()

- "Como a IA vai ajudar no plano de deportação em massa de Trump", por Witer DeSiqueira (Witer, Pessoni & Moore an International Law Corporation). ()

- "Tributação pelo ITCMD de bens situados no exterior", por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). ()

- "Sete anos de reforma trabalhista: uma análise dos benefícios e impactos sob a ótica empresarial", por Mariana Castelo Branco e Beatriz Grossi (Martorelli Advogados). ()

- "Como funciona o direito de arrependimento para

compras online", por Fernando Landim da Cunha Pereira (Cunha Pereira e Massara - Advogados Associados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Baú migalheiro

Há 118 anos, em 30 de julho de 1906, nasceu Mário Quintana, um renomado poeta, tradutor e jornalista brasileiro. Conhecido como o "poeta das coisas simples", seu estilo é marcado pela ironia, profundidade e perfeição técnica. Trabalhou como jornalista durante grande parte de sua vida e traduziu mais de cento e trinta obras da literatura universal. Além de sua contribuição como tradutor, Quintana publicou diversas obras poéticas que são até hoje celebradas, como "A Rua dos Cataventos" e "Esconderijos do Tempo". (Compartilhe)

Sorteio da obra

A obra "Processo de Execução e Cumprimento da Sentença - Volume 4" (Thomson Reuters - Revista dos Tribunais 880p.), coordenada por Araken de Assis e Gilberto Gomes Bruschi, aborda artigos doutrinários que contemplam o aspecto teórico e o ponto de vista prático, com grande profundidade e estão voltados à execução de títulos judiciais ou extrajudiciais. Participe do sorteio. ()

Novidade

Hoje, às 19h, no RJ, será lançado o livro "Prática Tributária nos Tribunais Superiores - Teses no STF e STJ - 1ª Edição" (Thomson Reuters - Revista dos Tribunais), coordenado por Luiza Leite e José Guilherme Costa. Um dos artigos que integram a obra, intitulado "Art 150, parágrafo sétimo da CF e a não definitividade da substituição tributária do Pis/Cofins e do ICMS", foi produzido em conjunto pelos tributaristas Janssen Murayama, Mariana Valença e

Mariana Ferreira, todos do escritório Murayama, Afonso Ferreira e Mota Advogados. ()

Migalhíssimas

Hoje, Machado Meyer Advogados participa da "AB2L Lawtech Experience", em SP. Juliana Abrusio estará na plenária "Liderando a Mudança: Estratégias para o Futuro dos Escritórios de Advocacia", às 13h. Paulo Silvestre irá compor a plenária "IA Generativa como Ferramenta Estratégica para a Advocacia", das 13h45. Erika Ostorari contribuirá com a plenária "O Futuro é Agora: Interdisciplinaridade, Eficiência Jurídica e Legal Design", às 16h05, e Thiago Miranda participará da plenária "OpenLaw Innovation: Colaboração, Lawtechs e o Futuro dos Escritórios de Advocacia", às 15h15. () Amanhã, às 10h, Rita Cortez, do escritório AJS - Cortez & Advogados Associados, apresenta palestra na abertura do "I Seminário Mulheres, Direito e Processo". O evento online é para comemorar o lançamento do projeto mensal "Conexão Trabalhista", que promoverá debates sobre o Direito Processual do Trabalho, no canal da Associação Brasileira de Advogados. () Laís de Figueirêdo Lopes, da banca Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, participa de diversos painéis do "III Seminário Internacional MROSC: Parcerias transformadoras para um mundo justo e sustentável", realizado entre amanhã e sexta-feira. O evento, organizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República em conjunto com o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração do qual Laís é vice-presidente, promove avaliação dos 10 anos da lei 13.019/14 e a reflexão sobre os caminhos que a agenda MROSC ainda precisa trilhar para que se alcance uma sociedade civil mais fortalecida e parcerias mais democráticas e eficazes. () Do escritório Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio profere a palestra de abertura, dia 1º/8, às 9h30, do workshop "Do tribunal ao lar: Como resolver conflitos familiares com a educação positiva?", que será realizado no Plenário Carlos Maurício Martins Rodrigues, na sede da seccional. ()

Mauro Dibe, da banca Barreto Advogados & Consultores Associados, participa do evento "Cooperação Judicial em Matéria de **Propriedade Industrial**", dia 2/8, no auditório do TRF da 2ª região. O advogado foi convidado pela juíza Márcia Nunes para compor a mesa "Inovação e Possibilidades de Cooperação em **Propriedade Industrial (PI)**", às 11h15. A conversa será coordenada por Antônio Cavaliere, procurador-chefe do **INPI**, e também contará com os palestrantes Christiano Fragoso, do escritório Fragoso Advogados, Franklin Gomes e Eduardo Winter. Inscrições, . Dia 9/8, às 8h30, em Goiânia, acontece o "I Fórum Goiano de Direito Penal, Econômico e Eleitoral", organizado pelo advogado Pedro Paulo de Medeiros (Pedro Paulo de Medeiros Advocacia Criminal). Inscrições até hoje. ()

Integração

Hoje, das 16 às 16h30, Preâmbulo Tech realiza o workshop "Potencializando Resultados com a Integração Jurídica e Negocial", durante o evento "AB2L Lawtech Experience 2024". ()

Direito

ABAPI - Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial está com inscrições abertas para o "Curso Básico de Direito do Autor". As aulas vão de 5/8 a 11/9. Inscreva-se. ()

Global Lawyer

IASP promove hoje, às 19h, novo episódio do evento "The Global Lawyer - Episode 3: Comparative Corporate Governance & ESG". ()

Honorários

AASP realiza amanhã, às 19h, evento sobre "Honorários advocatícios sucumbenciais e contratuais: técnicas contratuais, relações entre sócios, sucessão de advogados, execução de honorários". ()

Gestão

Nos dias 1º e 2/8, das 13 às 18h30, BM Finance Group promove o "Curso do método Mac em gestão para advogados". ()

Nulidades

Nulidades do processo administrativo tributário paulista serão expostas pela Associação Brasileira de Advocacia Tributária - ABAT, no dia 6/8, às 16h30. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Pojuca

CE/Lavras da Mangabeira

MS/Camapuã

SP/Ilha Comprida

SP/Pirapora do Bom Jesus

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Biden Lays Out Plan to Change Supreme Court"

The Washington Post - EUA

"Maduro's victory claim met by doubts"

Le Monde - França

"Israel-Hezbollah: les Druzes rattrapés par le conflit"

Corriere della Sera - Itália

"Libano, l'ira di Netanyahu"

Le Figaro - França

"Pendant les JO, la vraie-fausse vacance du gouvernement"

Clarín - Argentina

"Aislado, Maduro no muestra las actas con los votos y hay un muerto en las protestas"

El País - Espanha

"ERC acuerda el concierto fiscal en Cataluña para invertir a Illa"

Público - Portugal

"Procuradoria calcula que até Março prescrevem 30 crimes do caso BES"

Die Welt - Alemanha

"Über 40 Prozent weniger Neubau erwartet"

The Guardian - Inglaterra

"Two children dead and nine injured in 'ferocious attack' at dance class"

O Estado de São Paulo - São Paulo

"Pressão externa cresce e Maduro expulsa diplomatas; protestos contestam reeleição"

Folha de São Paulo - São Paulo

"Vitória atribuída a Maduro provoca protestos e dúvida"

O Globo - Rio de Janeiro

"Sob contestação internacional, Maduro ataca oposição, que diz poder provar fraude"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Duplicação começará por um dos trechos mais perigosos"

Correio Braziliense - Brasília

"Declarado reeleito, Maduro ataca a oposição e enfrenta protestos"

Zero Hora - Porto Alegre

"Eleição venezuelana é alvo de questionamentos; Brasil hesita"

O Povo - Ceará

"Ceará centraliza Inteligências e fará redesenho da Polícia Civil"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Venezuelanos protestam e oposição denuncia fraude de Maduro"

A distinção de fato não revelado e parcialidade do árbitro



Um dos tópicos mais discutidos na seara arbitral brasileira nos últimos anos diz respeito ao alcance e extensão da norma contida no art. 14, § 1º da lei 9.307/96 ("lei de arbitragem"). Tal regra delimita uma obrigação considerada de meio do profissional que pretende exercer a função de árbitro, o dever de revelar, de modo a gerar total transparência ao processo arbitral.

Fato é que, considerado o processo arbitral como tendo início meio e fim¹, sendo a sua decisão final irrecurável, para todos os efeitos, partes não satisfeitas com o resultado da demanda têm-se utilizado de subterfúgios que procuram induzir em erro magistrados no que diz respeito à má aplicação da regra prevista no art. 14, § 1º da lei de arbitragem. Tal indução se traduz pela seguinte tática: Se profissional que exerce a função de árbitro deixou de revelar algum fato, qualquer que seja, e mesmo que irrelevante, tal conduta macularia de vez o processo arbitral. Talvez tenha sido essa, inclusive, a ideia (não levada a cabo) por um projeto de lei que não avançou junto ao Poder Legislativo justamente por sua deficiência técnica.

Mas, tal tática, totalmente contrária à boa-fé processual, restou rechaçada em precedente recentíssimo emanado do STJ, o qual já pode ser considerado o mais importante julgado em matéria de dever de revelação daquela corte e que servirá de paradigma para casos que perquiram a mesma estratégia, a qual, no fundo, é desconstituir o julgado ar-

bitral de forma completamente artificial.

O caso ora referido é o REsp 2.101.901/SP, julgado no dia 20/6/24 de competência da Terceira Turma do STJ, que precisou responder ao seguinte questionamento: A eventual ausência de revelação de determinado fato no curso de uma arbitragem acarretaria, automaticamente, a anulação da sentença arbitral? A resposta foi negativa. Abaixo, transcreve-se a ementa do correspondente acórdão:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE SENTENÇA ARBITRAL. DEVER DE REVELAÇÃO. DÚVIDA JUSTIFICADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPARCIALIDADE DO ÁRBITRO. ORDEM PÚBLICA. NULIDADE. PRESUPOSTO DE VALIDADE. COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO. FATO NOVO. ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR. (...)

4. Cabe às partes colaborar com o dever de revelação, solicitando ao árbitro informações precisas sobre fatos que eventualmente possam comprometer sua imparcialidade e independência.

5. A parte que pretender arguir questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, deverá fazê-lo na primeira oportunidade que tiver de se manifestar, ainda que não haja prejuízo de posterior exame do Poder Judiciário competente, nos termos do art. 33 da lei da arbitragem. (...)

9. O fato não revelado apto a anular a sentença arbitral precisa demonstrar extinguir a confiança da parte e abalar a independência e a imparcialidade do julgamento do árbitro. Para tanto, são necessárias provas contundentes, não bastando alegações subjetivas desprovidas de relevância no que tange aos

seus impactos."²

Trata-se, na origem, de ação declaratória de nulidade de sentença arbitral, ajuizada em 10/9/21 perante a 2ª Vara Empresarial e Conflitos Relacionados à **Arbitragem** do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob a alegação de que, inter alia, teria havido vício na formação do painel arbitral. Nesse sentido, alegou o autor como fatos comprovadores da quebra do dever de revelação do árbitro: (i) indícios de que o árbitro teria faltado com a verdade ao informar que até então não havia atuado como árbitro, e (ii) o árbitro teria omitido que atuava como advogado de uma sociedade que dependeria financeiramente da única sócia da parte vencedora da **arbitragem**. Após a estabilização da demanda, os autores abordaram fatos novos, cuja obtenção se deu mediante a realização de uma investigação mais apurada. O juízo sentenciante indeferiu a alteração da demanda e julgou a ação improcedente, reafirmando a higidez da sentença arbitral.

Contra a sentença foi interposto recurso de apelação, objeto de julgamento pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do TJ/SP, sob relatoria do desembargador Jorge Tosta. Em seu voto, o referido magistrado confirmou o entendimento do juízo sentenciante de que os fatos novos aduzidos pelos autores após a estabilização da demanda não deveriam ser considerados no julgamento da causa. Aduziu ainda, que o recurso não comportava provimento, visto que os fatos não revelados seriam incapazes de afetar a imparcialidade do árbitro e, ainda que fosse este o caso, os autores teriam falhado com seus deveres de lealdade, transparência e colaboração, ao deixarem de informar (ou questionar) o árbitro sobre estes fatos, que já eram (ou poderiam ser) de seu conhecimento quando da revelação, deixando para fazê-lo apenas após a prolação de sentença arbitral desfavorável, violando assim os arts. 15 e 20 da lei de **arbitragem**. Por fim, o relator concluiu não haver a alegada dependência financeira entre as empresas ou relação societária que impusesse ao árbitro o dever de revelar, eis que se tratava de mera relação comercial.

Continuação: A distinção de fato não revelado e parcialidade do árbitro

O desembargador Ricardo Negrão abriu divergência da maioria, declarando voto dando provimento ao recurso para declarar a nulidade da sentença arbitral, manifestando o entendimento de que a comprovação da falha no dever de revelar é suficiente para anular a sentença arbitral, sendo desnecessário que o autor comprove a parcialidade do árbitro.³

Contra este acórdão foi interposto REsp. As razões recursais indicaram que o árbitro teria deixado de revelar que (i) foi sócio de um dos patronos da parte adversa em 2007, (ii) enquanto sócios, atuaram juntos em diversos processos, (iii) ao se retirarem daquela sociedade e abrirem seus próprios escritórios, teriam dividido endereço profissional e número de telefone por dezesseis meses, (iv) em escritórios distintos, teriam atuado em conjunto em diversos processos.

A relatora, ministra Nancy Andrighi, proferiu voto negando provimento ao recurso, o qual sintetizou da seguinte forma:

"No presente julgamento, objetiva-se definir se, na ação anulatória de sentença arbitral, cabe ao Poder Judiciário analisar o cumprimento do dever de revelação de forma objetiva, isto é, anular a sentença arbitral se comprovada a violação ao dever de revelação, ou de maneira subjetiva, exercendo uma verificação casuística sobre o que não foi revelado, a fim de decidir se a omissão feriu a independência e a imparcialidade do árbitro para, somente então, declarar a nulidade da sentença."

Demonstrando profundo conhecimento jurídico sobre a matéria sub judice, realizou importante distinção entre dever de revelação e parcialidade do árbitro, sendo o primeiro apenas um dos elementos que auxiliam o magistrado a concluir pela parcialidade, e a última, capaz de anular a sentença arbitral. Com efeito, a relatora conclui que:

"não basta que o fato não revelado abale a confiança da parte, é preciso que ele demonstre a quebra de independência e imparcialidade do julgamento feito

Continuação: A distinção de fato não revelado e parcialidade do árbitro

pelo árbitro. Para tanto, são necessárias provas contundentes, não bastando alegações subjetivas desprovidas de relevância no que tange aos seus impactos."

O voto da ministra relatora foi acompanhado pelos ministros Marco Aurélio Bellizze e do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, vencidos os ministros Humberto Martins e Moura Ribeiro.⁴

O STJ demonstrou, neste julgamento, acurado conhecimento da matéria, afastando a nefasta possibilidade de anulação de sentença arbitral por mero descumprimento do dever de revelação pelo árbitro. Mais uma vez, comprovando ser o verdadeiro guardião do instituto da **arbitragem** no país.

Muito tem se comentado que referida decisão teria afastado aquilo que se convencionou denominar "nulidade de algibeira"⁵, visto que tanto a sentença quanto ambos os acórdãos fizeram a regra disposta no art. 20 da lei de **arbitragem**. No entanto, pensa-se que o ponto central da decisão, é a uniformização do entendimento que a falta de revelação pelo árbitro não resulta, automaticamente, em nulidade da sentença arbitral. Entendimento, de há muito, estudado e ensinado pela melhor doutrina, que sempre distinguiu a quebra do dever de revelação do árbitro de uma atuação parcial:

"O dever de revelação não se confunde com a imparcialidade, nem o seu descumprimento leva, ipso facto, à invalidade do processo arbitral."⁶

"Portanto não é a falta de revelação que justifica a ação de anulação, mas se o fato não revelado é importante, real e capaz de influenciar o julgamento do árbitro."⁷

"Sem embargo, o descumprimento do dever de revelar não é, per se, hipótese listada no rol de nulidades da sentença arbitral."⁸

O entendimento exarado pela divergência parte de uma premissa equivocada: não poderia ser árbitro aquele que falha no cumprimento do dever de revelar. Todavia, o comando legal não prevê a quebra do dever de revelar como hipótese de nulidade, mas sim a falta de imparcialidade. Com efeito, afirmar que a falha no dever de revelação é prova de parcialidade, logo, a sentença arbitral é nula, implica estabelecer nexo de causalidade direto e automático, ou imputar má-fé ao árbitro, pois presume-se que a falta de revelação se deu não apenas de forma deliberada, mas com verdadeiro intuito de esconder o fato não revelado.

Dessa forma, com as vênias de praxe, o entendimento da divergência se mostra equivocado, tanto do ponto de vista da **arbitragem**, quanto do ponto de vista legal, vez que no ordenamento jurídico brasileiro a má-fé há de ser comprovada, o que não ocorreu no caso sob análise.

O caso objeto dessas linhas representa um verdadeiro marco no rol dos mais importantes julgados em matéria de **arbitragem** pelo STJ. Essa Egrégia Corte, contribuiu (como vem contribuindo) para, mediante o uso de fundamentos jurídicos adequados, assegurar a viabilidade do instituto da **arbitragem** no país e garantir segurança jurídica a seus usuários.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 12

Patentes
4

Propriedade Intelectual
7, 9

Propriedade Industrial
12

Entidades
12

Arbitragem e Mediação
19